

Num contexto marcado pela persistente pressão sobre o custo de vida, qualquer sinal de estabilização dos preços merece uma análise cuidada. A divulgação dos dados do CabazRAM relativos ao mês de julho revela um aumento muito reduzido do conjunto de 26 produtos alimentares essenciais, passando de 82,27 euros para 82,53 euros. À primeira vista, este indicador pode ser interpretado como uma notícia positiva, sugerindo que a escalada dos preços começa a dar sinais de abrandamento. No entanto, quando se observa a realidade quotidiana das famílias, percebe-se que a estabilidade estatística nem sempre corresponde a uma verdadeira sensação de alívio económico. A diferença entre aquilo que os indicadores demonstram e aquilo que os cidadãos vivem diariamente constitui um dos maiores desafios da gestão pública contemporânea.

Os preços dos bens alimentares assumem uma importância particular porque dizem respeito às necessidades mais básicas da população. Alimentação, habitação, energia e saúde representam despesas que dificilmente podem ser reduzidas sem comprometer a qualidade de vida. Assim, mesmo pequenas oscilações nos preços destes bens têm repercussões significativas no orçamento das famílias, sobretudo daquelas que dispõem de menores rendimentos. Neste sentido, acompanhar a evolução dos preços não é apenas uma questão económica; é igualmente uma questão social, de equidade e de justiça.

A gestão pública moderna assenta cada vez mais na utilização de informação rigorosa para apoiar a tomada de decisão. Kaplan e Norton (2025) defendem que os sistemas de monitorização constituem instrumentos essenciais para transformar dados em conhecimento, permitindo aos decisores públicos compreender tendências, antecipar riscos e avaliar a eficácia das políticas implementadas. Sob esta perspetiva, o CabazRAM representa muito mais do que uma simples lista de preços. Trata-se de um mecanismo de transparência que permite acompanhar, de forma sistemática, a evolução do custo dos bens alimentares essenciais, contribuindo para uma governação baseada em evidência.

A transparência dos mercados é hoje um dos pilares fundamentais das economias desenvolvidas. Quando os consumidores têm acesso à informação clara sobre os preços praticados, tornam-se capazes de tomar decisões mais conscientes e racionais, promovendo simultaneamente maior concorrência entre os operadores económicos. Kotler, Keller e Chernev (2025) referem que a informação disponível influencia diretamente o comportamento dos consumidores, incentivando escolhas mais eficientes e estimulando as empresas a ajustarem continuamente as suas estratégias de preço.

Contudo, a leitura dos indicadores económicos exige prudência. Uma variação global de apenas alguns cêntimos pode esconder alterações muito expressivas em determinados produtos. No caso do CabazRAM, alguns alimentos registaram aumentos significativos, enquanto outros apresentaram reduções, permitindo que o valor total permanecesse praticamente inalterado. Esta realidade demonstra que a estabilidade agregada nem sempre significa estabilidade individual. Para uma família cujo consumo se concentra precisamente nos produtos que mais aumentaram de preço, a perceção será inevitavelmente diferente daquela transmitida pelo indicador global.

É precisamente aqui que a gestão financeira das famílias ganha particular relevância. Em períodos de inflação moderada ou de crescimento lento dos rendimentos, torna-se indispensável planear cuidadosamente o orçamento doméstico. A capacidade para distinguir necessidades de desejos, comparar preços, aproveitar campanhas promocionais e gerir adequadamente os recursos disponíveis pode fazer uma diferença significativa na estabilidade financeira dos agregados familiares. Lusardi (2025) demonstra que níveis mais elevados de literacia financeira estão associados a maior capacidade de adaptação perante choques económicos, permitindo às famílias desenvolver estratégias que reduzem a vulnerabilidade financeira.

A literacia financeira deixou, assim, de ser considerada apenas uma competência individual para assumir uma dimensão estratégica nas políticas públicas. Governos, instituições de ensino e organizações internacionais reconhecem hoje que cidadãos financeiramente mais informados contribuem para economias mais resilientes, mercados mais eficientes e sociedades mais sustentáveis. A educação financeira torna-se, por isso, um investimento com retorno coletivo, fortalecendo não apenas as famílias, mas também a estabilidade económica dos países.

No contexto específico da Região Autónoma da Madeira, a questão assume contornos ainda mais relevantes. A condição ultraperiférica implica custos logísticos acrescidos, maior dependência das importações e uma vulnerabilidade acrescida às oscilações dos mercados internacionais. O transporte marítimo, o preço dos combustíveis, as condições climáticas e até as cadeias globais de abastecimento exercem influência direta sobre os preços praticados na região. Assim, mesmo quando os mercados internacionais registam alguma estabilização, os efeitos locais podem manifestar-se de forma distinta.

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 2025), as economias insulares enfrentam desafios específicos relacionados com a dimensão do mercado, os custos de transporte e a menor capacidade de absorção de choques externos. Estas características justificam a existência de instrumentos regionais de monitorização dos preços, permitindo aos decisores públicos identificar rapidamente alterações significativas e adotar medidas sempre que necessário.

Importa igualmente reconhecer que a estabilidade dos preços não depende exclusivamente da atuação dos governos. A dinâmica dos mercados resulta da interação entre múltiplos fatores, incluindo oferta, procura, custos de produção, disponibilidade de matérias-primas, condições meteorológicas, evolução dos salários e políticas monetárias. Como refere Mankiw (2025), a inflação constitui um fenómeno complexo que resulta do equilíbrio entre variáveis macroeconómicas e microeconómicas, exigindo respostas igualmente multidimensionais.

Neste contexto, a gestão pública deve assumir um papel facilitador, promovendo mercados transparentes, concorrenciais e eficientes. A monitorização permanente dos preços permite identificar práticas comerciais anómalas, reforçar a proteção do consumidor e promover maior previsibilidade económica. Mais do que controlar diretamente os preços, importa criar condições para que o mercado funcione de forma equilibrada, protegendo simultaneamente os consumidores e assegurando condições de competitividade para as empresas.

Outro aspeto frequentemente esquecido prende-se com a perceção económica da população. A economia comportamental demonstra que os consumidores tendem a valorizar mais os aumentos de preço do que as respetivas reduções. Kahneman, cuja investigação continua a influenciar os estudos mais recentes em economia comportamental, mostrou que as perdas são psicologicamente mais marcantes do que os ganhos. Assim, mesmo quando os indicadores revelam estabilização, muitas famílias continuam a sentir que tudo está mais caro, porque a memória dos aumentos anteriores permanece presente nas decisões quotidianas.

Também as empresas enfrentam desafios significativos. A necessidade de absorver aumentos nos custos de energia, transporte, matérias-primas e mão de obra obriga frequentemente a difíceis decisões de gestão. Nem sempre é possível repercutir integralmente estes custos no consumidor final sem comprometer a competitividade. Consequentemente, a gestão financeira empresarial exige equilíbrio permanente entre

sustentabilidade económica, rentabilidade e responsabilidade social.

Sob a perspetiva das finanças públicas, a estabilidade dos preços representa igualmente um fator determinante para o planeamento orçamental. Inflação elevada dificulta previsões, reduz a eficácia das políticas públicas e aumenta a pressão sobre os mecanismos de proteção social. Pelo contrário, ambientes de maior estabilidade permitem uma gestão financeira mais previsível, favorecendo o investimento público, a confiança dos agentes económicos e o crescimento sustentável.

Stiglitz, Fitoussi e Durand (2026) defendem que o sucesso das políticas económicas não deve ser medido exclusivamente através de indicadores macroeconómicos tradicionais. A verdadeira avaliação do desempenho de uma economia deve considerar igualmente a qualidade de vida da população, a distribuição do rendimento, a sustentabilidade ambiental e o bem-estar social. Sob esta perspetiva, a estabilização dos preços constitui apenas uma parte de uma realidade muito mais ampla.

O verdadeiro desafio consiste em transformar indicadores económicos positivos em benefícios concretos para os cidadãos. Se a estabilização dos preços não for acompanhada por crescimento dos salários, aumento da produtividade e melhoria do rendimento disponível, o impacto sentido pelas famílias continuará limitado. A gestão pública encontra precisamente aqui a sua principal missão: converter informação em políticas eficazes, promovendo condições que permitam reforçar simultaneamente a competitividade económica e a coesão social.

Em última análise, o CabazRAM representa um exemplo de como a informação pode ser colocada ao serviço da governação e dos cidadãos. A sua importância não reside apenas nos valores apresentados mensalmente, mas sobretudo na capacidade de fornecer conhecimento útil para decisões mais informadas, tanto por parte das famílias como dos responsáveis políticos. A estabilidade observada em julho constitui um sinal encorajador, mas não deve ser encarada como um ponto de chegada. Pelo contrário, representa um incentivo para continuar a desenvolver políticas públicas assentes na transparência, na monitorização contínua dos mercados, na promoção da literacia financeira e na proteção efetiva do poder de compra das famílias. Porque, no final, a verdadeira medida do sucesso económico não é apenas a estabilidade dos preços, mas a capacidade de garantir que essa estabilidade traduz-se numa vida melhor, mais segura e mais digna para todos.

Referências Bibliográficas

Kaplan, R. S., & Norton, D. P. (2025). *The Balanced Scorecard: Measures That Drive Performance*. Harvard Business Review Press.

Kotler, P., Keller, K. L., & Chernev, A. (2025). *Marketing Management* (17.^a ed.). Pearson.

Lusardi, A. (2025). Financial Literacy and Household Financial Resilience. *Journal of Economic Perspectives*.

Mankiw, N. G. (2025). *Principles of Economics* (10.^a ed.). Cengage Learning.

Organisation for Economic Co-operation and Development. (2025). *OECD Economic Outlook 2025*. OECD Publishing.

Stiglitz, J. E., Fitoussi, J.-P., & Durand, M. (2026). *Beyond GDP: Measuring What Counts for Economic and Social Performance*. OECD Publishing.